

**SUSTENTABILIDADE: UMA VISÃO A PARTIR DA ECONOMIA DOS CUSTOS DE
TRANSAÇÃO E DA TEORIA DOS CUSTOS DE MENSURAÇÃO**

YASMIN GOMES CASAGRANDA

yasmin_casagranda@yahoo.com.br

DENISE BARROS DE AZEVEDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

deniseazevedo1972@gmail.com

RENATO DE OLIVEIRA ROSA

UFMS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

adm.renato.rosa@gmail.com

SUSTENTABILIDADE: UMA VISÃO A PARTIR DA ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO E DA TEORIA DOS CUSTOS DE MENSURAÇÃO

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar como a sustentabilidade está sendo conduzida e analisada pelas novas economias e tem como principal objetivo apresentar um ensaio teórico sobre a sustentabilidade e como esta pode ser analisada a partir das teorias da Economia dos Custos de Transação e da Teoria dos Custos de Mensuração. O desenvolvimento das novas economias e a teoria dos custos de mensuração buscam preencher as lacunas existentes quanto ao entendimento da sustentabilidade dentro das instituições e como ponto de partida para as tomadas de decisão dos agentes. O tema sustentabilidade é acompanhado pela incerteza de definição, sendo este um ponto de partida para a busca conceitual do seu foco. A mensuração abordada pela TCM pode auxiliar os agentes na centralização das causas dos impactos e, em determinados casos, na busca pelo valor cobrado por esses mesmos impactos causados, sendo assim uma solução para que o meio ambiente possa ser protegido.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável. Nova Economia Institucional. Custos de Transação. Custos de Mensuração.

SUSTAINABILITY: A VISION FROM THE ECONOMY OF TRANSACTION COSTS AND THE THEORY OF MEASUREMENT COSTS

ABSTRACT

This research aims to analyze how sustainability is being conducted and analyzed by the new economies and its main objective is to present a theoretical essay about sustainability and how this can be analyzed from the theories of the Economy of Costs of Transaction and Theory of Costs of Measurement. The development of the new economies and the theory of measurement costs seek to fill the existing gaps regarding the understanding of sustainability within the institutions and as a starting point for the decision making of the agents. The theme of sustainability is accompanied by the uncertainty of definition, which is a starting point for the conceptual search of its focus. The measurement addressed by the TCM can help the agents in the centralization of the causes of the impacts and, in certain cases, the search for the value charged by these same impacts caused, being thus a solution so that the environment can be protected.

Keywords: Sustainable Development. New Institutional Economy. Transaction Costs. Measurement Costs.

1. Introdução

O conceito de desenvolvimento sustentado viu-se em expansão quando no pós-guerra da década de 1960 a publicação de Rachel Carson, *Silent Spring*, passou a divulgar o quão importante e prejudicial poderiam ser os desequilíbrios que aconteciam no mundo. Tal percepção passou a ser analisada pelos intelectuais e desses debates surgiu o Clube de Roma, que teve como responsabilidade desenvolver os estudos pioneiros sobre preservação do ambiente, no início da década de 1970.

Ainda nesse último período realizou-se em 1972 a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, que aconteceu na Suécia na cidade de Estocolmo. Dessa conferência surgiram os 27 princípios da relação entre o homem e a natureza. Analisou-se e denunciou-se a parte subdesenvolvida do mundo como grande parte dos responsáveis pela degradação do ambiente, tendo sido, então, a base para a teoria e o termo Desenvolvimento Sustentável.

O uso e a conotação do termo “sustentabilidade” foram alterados depois da publicação em 1987 da primeira ministra Gro Harlem Brundland do relatório que passou a definir o desenvolvimento sustentável com foco nas organizações e sua posteridade. Werbach (2013) destaca esse período como primordial para gestores que antes utilizavam “sustentabilidade” para dar conotação a um crescimento estável dos ganhos empresariais.

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). Essa reunião internacional teve como resultado a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), tratado internacional assinado pela maioria dos países do mundo como objetivo de estabilizar o efeito estufa e a emissão dos gases causadores do mesmo em níveis que evitassem a mudança climática que estava ocorrendo. Não foram definidos limites rigorosos de emissão a princípio, e sim, protocolos que definiriam esses limites para emissões.

Os países desenvolvidos que aderiram ao tratado tem a meta de redução de 5,2%, em média, com relação ao que emitiam em 1990 e tiveram prazo entre 2008 e 2012 para cumprir com essa meta. Já os países em desenvolvimento não têm que seguir uma meta e sim ajudar na redução dessas emissões, através de projetos registrados que comercializam Certificados de Emissões Reduzidas (CERs).

Elkington (2001) desenvolve o termo “*triple bottom line*”, como o tripé da sustentabilidade, na visão de que os problemas relatados até então apenas economicamente ou com foco ambiental deveriam ter intrínsecos também a visão social, ética e em vários dos casos também políticas. E mesmo com a emergência dos conceitos e a mudança do pensamento global, as organizações passam a ter também como objetivo a reavaliação da sua performance e da mensuração dela, Hubbard (2009).

No 20º aniversário da conferência de 1992 aconteceu em 2012 a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD). O objetivo da nova reunião foi assegurar que as nações se comprometessem novamente de maneira política para o desenvolvimento sustentável, visto que lacunas e resultados não alcançados ainda eram recorrentes.

No entanto, Adams (2001) identifica que os termos cunhados sobre a sustentabilidade em alguns momentos sobre o desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento se mostram sem coerência teórica por falta de clareza e de significados consistentes. Essas ideias podem

ser vistas em diversos âmbitos e discorrem sobre a relevância do planejamento no desenvolvimento e a busca pelo gerenciamento dos ecossistemas naturais.

O princípio do ecodesenvolvimento é definido por Markandya et al (2014) como o desenvolvimento que induz a uma mudança desejada por um grupo social humano, no sentido de que haja de acordo com o que é bom não somente para esse grupo social mas também para o equilíbrio econômico, social e ecológico.

Desde o início do uso dos termos relacionados com a sustentabilidade, as agendas políticas dentro dos países passaram a ser alteradas para atingir essas discussões. Implementação de leis e políticas que pudessem afetar as organizações e suas bases tornaram-se requeridas para o desenvolvimento da administração ambiental das instituições, Beckmann e Padmanabhan (2009).

Os autores discorrem que, a partir desse entendimento, a teoria institucional analisa o desenvolvimento sustentável como um processo compreensivo de procura, aprendizado e ganho de experiência que necessita de princípios organizados e instrumentos políticos. Essa análise pode ser feita a partir do entendimento institucional da Nova Economia Institucional e seus aspectos relacionados à Teoria dos Custos de Transação, bem como da Teoria dos Custos de Mensuração.

Os custos de transação e sua teoria sobre a própria transação são formulados de maneira considerada abstrata em alguns aspectos, podendo desenvolver uma visão indiferente sobre algumas ferramentas quando aplicadas, além de múltiplas interpretações, Tsoukas e Knudsen (2005). Dentro dessa perspectiva a sustentabilidade se torna uma análise complexa tanto pela sua própria interpretação quanto pela sua aplicação a partir da teoria dos custos de transação.

O problema de pesquisa busca analisar: Como a sustentabilidade está sendo conduzida e analisada pelas novas economias? E o objetivo deste artigo é apresentar um ensaio teórico sobre a sustentabilidade e como esta pode ser analisada a partir das teorias da Economia dos Custos de Transação e da Teoria dos Custos de Mensuração.

2. Revisão Bibliográfica

2.1 Sustentabilidade

Os anos 1980 foram marcados pelo entendimento plausível da sustentabilidade como um elemento que influencia em políticas governamentais em todo lugar, Adams (2001). Além disso, pensava-se retoricamente sobre a sustentabilidade focada no ambiente doméstico e econômico, visão desenvolvida para o entendimento do termo e seu uso em todo lugar ao redor do mundo.

É possível dar significado à sustentabilidade e à sua busca pelo desenvolvimento sustentável dos mercados a partir de duas abordagens distintas. Lai e Lorne (2003) buscam essas duas abordagens e as entendem como mutuamente exclusivas.

A primeira delas é o desenvolvimento sustentável como um agrupamento de limites críticos para a exploração dos recursos. Ou seja, essa abordagem analisa os recursos não renováveis, a camada de ozônio, recursos fósseis e seus habitats. Essa ideia busca principalmente de preservação contra um desenvolvimento que não se preocupa com a biodiversidade nas esferas global, regional e local dos ecossistemas.

A segunda abordagem não tem foco somente em recursos e espécie, mas sim na interação entre esses com a sociedade humana. Ou seja, analisa diferentemente da primeira abordagem, a ideia social econômica e ecológica em conjunto com seus objetivos. Essa é a análise das aspirações humanas que incluem a saúde, literatura, religião, liberdades políticas e também as suas necessidades materiais.

A partir da segunda abordagem o tema foi amplamente divulgado e desenvolvido em teorias que pudessem ser mais bem entendidas pela sociedade. Elkington (2001) cunhou o termo “*triple bottom line*” como a linha dos três pilares e entendido também como o tripé da sustentabilidade, buscando o desenvolvimento da ideia de que os problemas estudados pela sustentabilidade deveriam ser analisados também pela ótica social, ética e política e não somente pelas questões econômicas e ambientais.

Com essa ideia formada, Munasinghe (2007) reafirma o conceito e a sua abrangência global discorrendo sobre as três principais dimensões da sustentabilidade como: dimensão ambiental, dimensão econômica e dimensão social, sendo essas a integração dos três pilares supracitados.

De acordo com Sterling e Huckle (2014), entender os pontos críticos do ambiente e do desenvolvimento demanda relacioná-los com os sistemas existentes no mundo moderno e ao mesmo tempo buscar para cada local sua histórica e cultura vigente. Os problemas ecológicos e relacionados a sustentabilidade social começaram a ser notados na década de 1980 e a natureza e o foco na sua conservação passaram a ser foco da sustentabilidade.

Lemons, Westra e Goodland (1998) descrevem que um conceito informado e racional da sustentabilidade necessita ser internalizado na ética humana dentro da sociedade e aplicado criticamente nos conceitos de crescimento, desenvolvimento e meio ambiente. Essa é a base para a análise de Gowdy e Erickson (2005) que reafirmam que a concepção econômica do comportamento humano, apesar de criticada por muitos anos, é um dos maiores desafios para que se possa padronizar o paradigma do bem-estar.

A introdução da economia ecológica, definida como as relações entre os ecossistemas e os sistemas econômicos, passou a buscar o entendimento da aplicação neoclássica da economia e relacioná-la com os problemas de recursos do meio ambiente, Contanza (1989).

Esta é voltada para o aspecto ambiental e apoia-se principalmente na ideia geral do princípio de escassez e se desenvolve para a análise da internalização das externalidades causadas pelos impactos ambientais, Souza-Lima (2004). O autor discorre sobre ser esta a única forma de objetivar a diminuição dos conflitos econômicos, bem como não permitir que haja recursos ambientais sem proprietários privados.

Este entendimento é resumido como “a percepção de que não pode fazer o que bem entender por uma única e simples razão: tudo o que está em volta tem dono e, sobretudo, preço”. (SOUZA-LIMA, 2004, p. 121).

O entendimento de economia ecológica se distingue da economia usualmente analisada na visão e análise de todo o sistema econômico como um subsistema da sustentação e contenção do ecossistema global, Daly e Farley (2011). Os mesmos autores reafirmam que o crescimento econômico não é um fim por si mesmo, mas que o crescimento físico contínuo da economia não é possível, e eventualmente os custos que o crescimento impõe para sustenta o sistema tornam-se maiores que os benefícios deste crescimento.

2.2 Economia dos Custos de Transação - ECT

A nova economia institucional é considerada o desenvolvimento da teoria econômica clássica e neoclássica, seu objetivo é interpretar a existência das organizações principalmente no que está relacionado com as firmas. Em um primeiro momento no entendimento das firmas são considerados primeiramente aspectos do sistema econômico, tido como coordenado pelo mecanismo de preços fazendo com que a sociedade seja um organismo e não um sistema, Coase (1991).

O autor afirma que a principal razão pela qual é lucrativo estabelecer a firma é que deveria haver um custo pelo uso do mecanismo de preços. O custo mais óbvio de organizar a produção pelo mecanismo de preços é descobrindo o quão relevante estes custos são.

Zylbersztajn (2005) discorre sobre a visão de Coase como uma busca pelo olhar diferente do redor para que se pudesse perceber que o mecanismo de mercado é uma exceção e que o mecanismo de contrato é uma regra, sendo este último um mecanismo de alocação de recursos na sociedade.

Uma transação é a interface utilizada para que ocorram as trocas de direitos de propriedade para que se possa gerar valor. Caso essas transações aconteçam em um ambiente de custo de transação nulo, é possível que o sistema de preço seja suficiente para alocar todos os recursos eficientemente. Já no mundo real no qual se vive há diversas assimetrias na informação, comportamentos oportunistas, quebras dos contratos que acontecem por conta de uma das partes e sua decisão de captura de valor, dentre outros aspectos de imperfeição, Zylbersztajn e Giordano (2015)

Para Williamson (2002) uma transação de mercado pode ser caracterizada a partir de três atributos nominados: frequência, incerteza e especificidade de ativos. O primeiro deles trata-se de entender quantas vezes os agentes envolvidos na transação se unem para tal. Já a incerteza surge a partir das mudanças e da complexidade envolvidas no ambiente econômico. Por fim a especificidade dos ativos objetivos entender o quanto o mercado consegue absorver este caso a transação não seja concretizada, analisando a não perda de valor do mesmo.

As transações são vistas também a partir de atributos comportamentais, sendo eles a racionalidade limitada e o oportunismo. A racionalidade limitada como impossibilitados de processar todas as informações disponíveis, isso em relação à sua cognição, o que pode fazer com que estes desenvolvam comportamentos oportunistas entre os agentes no mercado (WILLIAMSON, 2002).

A teoria da nova economia institucional e, principalmente, dos custos de transação traz para a realidade das organizações uma visão próxima do entendimento real dos mercados proporcionando o conhecimento sobre as trocas entre os atores econômicos como custosas e a demanda das instituições por diminuir esse custo, (BECKMANN E PADMANABHAN, 2009).

2.3 Teoria dos Custos de Mensuração - TCM

A coordenação proposta pela Economia dos Custos de Transação serve como mesma base para o entendimento da Teoria dos Custos de Mensuração. Esta entende que os custos para que uma transação aconteça e para que as pessoas façam parte dela ela precisam perceber que recebem mais valor do que estão dando.

A partir dos aspectos principais de um contrato, Williamson (1991) assegura que dentro da teoria institucional a escolha efetiva dos custos e da forma de organização é mostrada sistematicamente em conjunto com os atributos de transação.

Assim, Barzel (1982) ressalta que para que essa percepção aconteça, os atributos que estão sendo negociados precisam ser mensurados, porém dentre esses alguns podem ser mais fáceis de passar por esse processo de mensuração que outros.

A imperfeita mobilidade dos recursos para cada transação faz com que o custo de mercado destas sejam altos, as implicações das teorias foquem e se desenvolvam para a busca pela acumulação de bens com especificidades e menos custos de transação, (PETERAF, 1993). Barzel (1982) entende que os problemas causados pelos custos de mensuração afetam negativamente todas as transações econômicas. Além disso, qualquer que possa ter o erro nessa mensuração este pode ser muito custoso para que seja eliminado inteiramente.

Portanto, o processo de entendimento das instituições passa pela decisão da ECT (Economia de Custos de Transação) e sua análise para escolha da estrutura de governança utilizada e se desenvolve pela TCM (Teoria dos Custos de Mensuração) que busca a mensuração dos atributos em conjunto com suas dificuldades práticas para que isso aconteça dentro de todos os tipos de transações.

3. Análise dos Resultados

3.1 Sustentabilidade a luz da Nova Economia Institucional

A partir do desenvolvimento da teoria neoclássica houve o aumento da preocupação como julgamento moral do tema, além da busca pela análise da mensuração dos impactos no meio ambiente e como poderia ser feita a valoração monetária disso, Redcliff e Benton (2003). Os autores ainda afirmam que a teoria neoclássica passou a ser vista como limitada para analisar a sustentabilidade, sendo a abordagem institucional, cunhada por North (1991), capaz de fornecer uma análise mais rica e mais exploratória.

O entendimento de qual abordagem do tema sustentabilidade a ser usada se faz primordial para que se possa buscar o seu entendimento dentro das teorias institucionais dentro do sistema vigente de mercado. Essa abordagem buscada trata desde a estrutura de governança até os atributos de transação a serem desenvolvidos pelos agentes envolvidos (LAI E LORNE, 2003).

A primeira abordagem de entendimento da sustentabilidade como a busca pelo desenvolvimento sustentável e seu objetivo de preservação da biodiversidade dos ecossistemas está ligada a métodos de gerenciamento e controle institucional voltado para a centralização da autoridade que restringe as transações do mercado. No entendimento de Lai e Lorne (2003), esse é um comportamento voluntário e que conta com protecionismo das trocas.

A segunda abordagem que busca a sustentabilidade como a interação entre as espécies e os recursos da sociedade e que se desenvolve para as dimensões econômicas, ambiental e social do tema é suportada pela necessidade de que o homem não seja materialista nem hedonista. Ainda além, Lai e Lorne (2003) afirmam que para que essa abordagem da sustentabilidade possa efetivamente ser colocada em prática o homem deve buscar nos mercados não somente a alocação eficiente dos recursos, mas também deixar de ignorar a distribuição equitativa dos mesmos.

Essas ideias corroboram com o entendimento da ECT (Economia dos Custos de Transação) que busca o entendimento dos atributos das transações para que estas possam acontecer, os conceitos teóricos da nova economia institucional e da teoria dos custos de transação são usados principalmente para derivar hipóteses sobre os ministérios, departamentos e agências ligados ao meio ambiente, (BECKMANN E PADMANABHAN, 2009).

Para Adams (2001), a versatilidade dos termos utilizados para descrever a sustentabilidade mostra como resultado um significado pequeno para que possa ser entendida na sua totalidade, a NEI analisa a sustentabilidade ambiental e suas instituições como transações guiadas pelos direitos de propriedade sobre os componentes naturais e estruturas de governança que vão pautar das relações ambientais, Beckmann e Padmanabhan (2009). Os autores analisam que os possuidores desses direitos podem ser favorecidos por uma corrente de benefícios ou sobrecarregados pelos componentes dos seus custos.

A partir desse entendimento, qualquer que seja a definição, estabelecimento, quantificação ou supervisão da mensuração é um caminho que objetiva alcançar os custos de transação do tema. Beckmann e Padmanabhan (2009) asseguram que esses custos podem ser diminuídos pela concentração dos direitos de propriedade na mão de um agente, em combinação com uma alta centralização de consequências sociais e políticas.

A TCM (Teoria dos Custos de Mensuração) apoia com essa abordagem no sentido de buscar a mensuração das transações para que estas possam ser melhor analisadas pelos agentes envolvidos e reguladores que estejam empenhados em fazer com que as transações aconteçam dentro do mercado.

A economia ecológica voltada para a abertura do desenvolvimento sustentável para análises econômicas está relacionada com a incerteza estudada a princípio por Williamson (2002) que é desenvolvida por Gowdy e Erickson (2005) que analisa sua aplicação dentro dessa economia ecológica como um princípio da precaução para que se possa lidar com a incerteza pura, orientada por processos, co-evolucionária com foco na tomada de decisão. Tal análise difere da anterior que buscava puramente a redução da incerteza e do risco.

Werbach (2013) discorre sobre a sustentabilidade utilizada para descrever também esforços empresariais para proteger o ambiente, isso é desenvolvido a partir de aspectos de filantropia, relações públicas e conformidades com a legislação. O autor descreve os três como necessários e responsáveis pela criação de valor, porém esses valores e entendimentos se deparam com a dificuldade de mensuração.

As informações sobre a convergência das teorias de Economia dos Custos de Transação e dos Custos de Mensuração foram sintetizadas no Quadro 1, que mostra a partir da teoria de Williamson (2002), Barzel (1982) e Peteraf (1993) as bases do entendimento da ETC e da TCM. Isso permitiu que teorias recentes sobre sustentabilidade pudessem ser relacionadas a partir principalmente dos atributos de transação e dos atributos comportamentais.

A estratégia de execução para a sustentabilidade está pautada em diversas regras, dentre elas estão as métricas integradas, ou seja, a informação correta no local exato no tempo exato para que se possa tomar decisões, Werbach (2013). O autor afirma que a métrica correta é o que busca da TCM para o entendimento aprofundado das transações, sendo esta, ainda, o principal gargalo para o entendimento dos agentes, levando à racionalidade limitada do processo e conseqüentemente a possível comportamento oportunista no mercado.

Essa ideia corrobora o entendimento de Lemons, Westra e Goodland (1998) que descrevem a sustentabilidade da sociedade humana para o futuro como uma atividade dependente da sua habilidade de ordenar o seu comportamento e das instituições em manter a integridade ecológica das relações humanas com a terra.

Mebratu (1998) analisa os economistas como desenvolvedores da opinião de que o meio ambiente é frequentemente subvalorizado, pois pode ser usado gratuitamente e tende a ser muito utilizada e, conseqüentemente, degradado. Redcliff e Benton (2003) complementam essa ideia analisando o valor econômico do meio ambiente como uma solução para que este possa ser protegido. Essa solução satisfatória se relacionada com a TCM, na busca pela mensuração dos atributos relacionados ao tema.

Figura 1 - Convergências entre as abordagens Economia dos Custos de Transação e de Mensuração e Sustentabilidade

Teorias / Atributos	Economia dos Custos de Transação – Princípios e Definição	Autores	Economia dos Custos de Mensuração – Princípios	Autores	Sustentabilidade – Aspectos e Aplicação	Autores
Atributos da transação	Frequência	Williamson (2002)	- Imperfeita mobilidade dos recursos	Peteraf, (1993)	- Empenho dos agentes e reguladores para que as transações aconteçam	Beckmann e Padmanabhan (2009)
					- Mensuração dos impactos	Redcliff e Benton (2003).
Atributos comportamentais	Incerteza	Williamson (2002)	- Valor dos bens	Barzel (1982)	- Dificuldade de mensuração de aspectos ambientais e seus impactos	Werbach (2013)
			- Custos relacionados à transação	Barzel (1982)	- Economia ecológica como alternativa na diminuição da poluição	Gowdy e Erickson (2005)
	Especificidade	Williamson (2002)	- Concentração dos direitos de propriedade	Barzel (1982)	- Direitos de propriedade sobre os componentes naturais	Beckmann e Padmanabhan (2009).
					- Regulação da natureza	Sterling e Huckle (2014)
					- Controle de processos	Sterling e Huckle (2014)
	Racionalidade limitada	Williamson (2002)	- Supervisão da mensuração	Barzel (1982)	- Busca pela alocação eficiente de recursos	Lai e Lorne (2003)
- Entendimento aprofundados			Williamson (1991)	- Distribuição equitativa dos recursos	Lai e Lorne (2003)	
				- Busca das instituições por manter a integridade	Lemons, Westra e Goodland (1998)	
Oportunismo	Williamson (2002)	- Reguladores responsáveis pelas transações	Barzel (1982)	- Centralização da autoridade nas transações de mercado	Lai e Lorne (2003)	
				- Protecionismo das trocas	Lai e Lorne	
				- Possuidores dos direitos de propriedade podem se favorecer pelos componentes dos recursos	Beckmann e Padmanabhan (2009).	

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

As formas dominantes de produção e distribuição falham principalmente no entendimento da busca pelo atingimento das necessidades das pessoas ao redor do mundo e isso prejudica seriamente as condições de produção das quais essas pessoas dependem, Sterling e Huckle (2014). Dentro desse entendimento, os autores discorrem sobre a criação de formas de regulação da natureza para que se possa controlar os processos como uma necessidade iminente de avançar para formas sustentáveis de economia política, (STERLING E HUCKLE, 2014).

Sterling e Huckle (2014) afirmam que esse é um meio de encaminhar as pessoas para o aprofundamento do entendimento dos objetivos e condições de produção existentes, examinando criticamente as tecnologias, sistemas econômicos de produção, sistemas culturais, leis e políticas, bem como ideologias para que se possa viver com o que existe de recursos naturais disponíveis.

A sustentabilidade é tratada, então, pelas teorias da nova economia institucional com base dos seus aspectos ainda subjetivos de falta de mensuração dos impactos ambientais, bem como a relação com os reguladores responsáveis. E regulação da natureza ainda é parte da ideia de direito de propriedade e seus aspectos de especificidade, tal perspectiva corrobora com a busca pela distribuição de recursos e seus resultados na integridade ecológica.

5. Considerações Finais

O objetivo do presente ensaio foi a compreensão da sustentabilidade através dos pressupostos existentes nas teorias da TCT e TCM. Foi possível evidenciar que as transformações que ocorrem, como mudanças nas instituições para aumento dos seus ganhos, podem ser entendidas a partir da Nova Economia Institucional como essenciais para o desenvolvimento racional das transações.

O desenvolvimento das novas economias e a teoria dos custos de mensuração buscam preencher as lacunas existentes quanto ao entendimento da sustentabilidade dentro das instituições e como ponto de partida para as tomadas de decisão dos agentes. O tema sustentabilidade é acompanhado pela incerteza de definição, sendo este um ponto de partida para a busca conceitual do seu foco.

Nos mercados existentes a alocação eficiente de recursos é uma grande preocupação, porém esta vem geralmente acompanhada das externalidades causadas pelos impactos ambientais, que são constantemente analisados por reguladores como ministérios, departamentos e agências ligados ao meio ambiente.

Os direitos de propriedade de uma instituição analisada a partir da sua sustentabilidade ambiental são ponto de partida para análise, uma vez que os componentes naturais precisam ser analisados, bem como as suas estruturas de governança que vão ser colocadas em prática na transação.

A mensuração abordada pela TCM pode auxiliar os agentes na centralização das causas dos impactos e, em determinados casos, na busca pelo valor cobrado por esses mesmos impactos causados, sendo assim uma solução para que o meio ambiente possa ser protegido.

Em síntese, interrelacionar a Sustentabilidade com as Economia de Custos de Transação e a Teoria dos Custos de mensuração permite que haja um avanço na busca pelo entendimento do equilíbrio entre instituições e os bens comuns. Este é o papel primordial com foco

principalmente em alinhar a economia e seu avanço aos processos de utilização do meio ambiente.

A falta da aplicação empírica do estudo é considerada como sua limitação. Conexões suplementares e outras interpretações sobre a sustentabilidade e as abordagens do estudo são possíveis de análise. Sendo assim, futuras investigações com o desenvolvimento de estudos empíricos analisando os aspectos da sustentabilidade e baseando-se nos pressupostos da teoria dos custos de transação e dos custos de mensuração podem ser vislumbradas.

REFERÊNCIAS

ADAMS, William Mark. Green development: environment and sustainability in the third world. New York: Routledge, 2001.

BARZEL, Yoram. Measurement cost and the organization of markets. *Journal do law and economics*. Vol 25, n. 7, p. 27-48. 1982.

BECKMANN, Volker; PADMANABHAN, Martina. Institutions and sustainability: political economy of agriculture and the environment, essays in honour of Konrad Hagedorn. Springer: Berlin, 2009.

CONSTANZA, Robert. What is ecological economics? *Ecological economics*. V. 1, n. 1, p 1-7. 1989.

DALY, H.; FARLEY, J. Ecological economics: principles antes applications. Washington: Pan-American Copyright Conventions, 2011.

ELKINGTON, John. Canibais com garfo e faca. São Paulo: Makron Books, 2001.

GOWDY, John; ERICKSON, Jon. The approach of ecological economics. *Cambridge Journal of Economics*, n. 29, p. 207-222. 2005

HUBBARD, Graham. Measuring organizational performance: beyond the triple bottom line. *Business Strategy and the Environment*, n. 18, p. 177-191. 2009.

LAI, Lawrence; LORNE, Frank. Understanding and implementing sustainable development. New York: Nova Science Publishers, 2003.

LEMONS, John; WESTRA, Laura; GOODLAND, Robert. Ecological sustainability and integrity: concepts and approaches. Washington: Springer Science Business Media, 1998

MARKANDYA, A. et al. Dictionary of environmental economics. London: Earthscan Publications, 2014.

MUNASINGHE, M. Sustainable development triangle. Disponível em: <http://www.eoearth.org/article/Sustainable_development_triangle>.

NORTH, D. C. Institutions. *The journal of economic perspectives*, v.5, n.1, p. 97-112, 1991.

- PETERAF, Margaret A. The cornerstones of competitive advantage: a resource based view. *Strategic Management Journal*, v.14, p. 179-191, 1993.
- REDCLIFT, Michael; BENTON, Ted. *Social theory and the global environment*. London, Routledge, 2003.
- SOUZA-LIMA, José. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos ambientais. *Revista da FAE*, v. 7, n. 1, p. 119-127. 2004.
- STERLING, Stephen; HUCKLE, John. *Education for sustainability*. New York: Taylor & Francis, 2014.
- TSOUKAS, Haridimos; KNUDSEN, Christian. *The oxford handbook of organization theory: meta-theoretical perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WERBACH, Adam. *Strategy for sustainability: a business manifesto*. Boston: Harvard Business School Publishing, 2013.
- WILLIAMSON, E.O. Comparative economics organization: the analysis of discrete structural alternatives. *Administrative Science Quarterly*, v. 26, n.2, p. 269-296, 1991.
- WILLIAMSON, O. The theory of the firm as governance structure: from choice to contract. *Journal of Economic Perspective*, v.16, n.3, summer 2002, p. 171-195
- ZYLBERSZTAJN, Decio. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.43, n.3, p. 385-420, 2005.
- ZYLBERSZTAJN, Decio; GIORDANO, Samuel. Coordenação e governança de sistemas agroindustriais. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F.; CALEMAN, S.M.Q. *Gestão de Sistemas de Agronegócios*. São Paulo: Atlas, 2015.